



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS¹

Promotorias Extrajudiciais
(Anexo - Recomendação nº 02/2012-CG)

Membro: Mariana Fernandes Távora e Mariana Silva Nunes²

Unidade: Núcleo de Enfrentamento à Discriminação – NED

Período: 1º semestre-2019

Metas estipuladas para o período
<ul style="list-style-type: none">• Realizar curso de conscientização sobre igualdade racial aos beneficiários da suspensão condicional do processo.• Articular a implementação do projeto para o enfrentamento da discriminação racial nas escolas: Oxalá nas Escolas.• Realizar campanha publicitária para divulgar os canais de atendimento e combater o racismo e a LGBTfobia no período do carnaval.• Mapear os equipamentos voltados ao atendimento das pessoas em situação de rua no Distrito Federal.• Acompanhar a implementação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no âmbito do MPDFT.

Descrição sucinta das principais ações ajuizadas, termos de ajustamento de conduta firmados, recomendações expedidas, reuniões realizadas e procedimentos instaurados
Principais ações ajuizadas

¹ Art. 27.....

§1º As Promotorias de Justiça com atribuições na esfera extrajudicial elaborarão, individualmente, relatório de atividades semestrais, que deverá conter as metas estipuladas para o período e o resultado de sua atuação, bem como a descrição sucinta dos seguintes movimentos:

- I - ações ajuizadas;
- II - termos de ajustamento de conduta firmados;
- III - recomendações expedidas;
- IV - reuniões realizadas;
- V - procedimentos instaurados e
- VI - outros atos praticados reputados relevantes.

§ 2º O relatório deverá ser remetido às respectivas Câmaras de Coordenação e Revisão e à Corregedoria-Geral, até o dia 15 dos meses de junho e de dezembro. (NR – Resolução nº 133, de 13/ABR/12).

² O Coordenador dos Núcleos de Direitos Humanos acumula as atribuições do Núcleo de Gênero Pró-Mulher, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED e do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – NEVESCA. O presente relatório trata, exclusivamente, das atividades do NEVESCA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

- ACP 0704252-18.2019.8.07.0018. Trata-se de ação civil pública proposta em face do Distrito Federal e da Defensoria Pública do Distrito Federal, com requerimento de tutela de urgência para que seja determinada a suspensão do II Concurso Público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Defensor Público de Segunda Categoria, regido pelo Edital n. 1-DPDF, de 1/3/2019. Foi indeferido o pedido de antecipação de tutela. Restou interposto Agravo de Instrumento, cujo pedido liminar ainda não foi apreciado.
- Autos nº 2017.16.1.007358-6. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa aos arts. 140 § 3º e 147-caput, ambos do Código Penal e art. 65 da LCP. Entre os meses de junho e setembro de 2017, XX agindo com vontade livre e consciente, ofendeu a dignidade e o decoro de XY, com a utilização de elementos referentes à condição de pessoa idosa, bem como ameaçou causar-lhe mal injusto e grave, além de perturbar-lhe a tranquilidade por motivo reprovável. Denúncia recebida.
- Autos nº 2017.05.1.007258-0. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa ao art. 140 § 3º do Código Penal. No dia 21 de novembro de 2016, XX e XY, agindo com vontade livre e consciente, ofenderam a dignidade e o decoro de YY e YX, com a utilização de elementos referentes à religião. Denúncia recebida.
- Autos nº 2018.10.1.003231-7. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa art. 140, § 3º do Código Penal. No dia 16 de setembro de 2018, XX, agindo com vontade livre e consciente, ofendeu a dignidade e o decoro de XY, valendo-se de elementos referentes à raça e cor. Denúncia recebida.
- Autos nº 2018.10.1.001788-4. Trata-se de processo em que foi oferecida denúncia por ofensa aos arts. 140, § 3º do Código Penal. No dia 12 de abril de 2018, XX, agindo com vontade livre e consciente, ofendeu a dignidade e o decoro de XY, valendo-se de elementos referentes a raça e cor. Denúncia recebida.
- No total, foram oferecidas 51 denúncias, realizadas 89 baixas à Delegacia de Polícia requisitando diligências; 24 promoções de arquivamento; 24 manifestações de declínio de competência/atribuição; 25 atendimentos; 1 ACP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Recomendações expedidas

- Recomendação Conjunta nº 03/2019 – PDDC/NDH/3ªPRODEP, expedida ao DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal para que viabilize a concessão de passe livre estudantil nas modalidades de transporte público coletivo aos imigrantes e refugiados do projeto “Português Língua de Acolhimento” da Universidade de Brasília, com respaldo na Lei Federal nº 13.445 de 24 de maio de 2017, preenchidas as exigências previstas no artigo 1º da Lei Distrital nº 4.462/2010.

Reuniões realizadas

01 a 07/01 – Recesso judiciário.

21/01 – Roda de conversa sobre liberdade religiosa, promovida pelo Comitê Distrital da Diversidade Religiosa.

25/01 – Lançamento do guia de acesso a direitos e serviços para pessoas trans, iniciativa da Campanha Livres & Iguais da Organização das Nações Unidas (ONU).

06/02 – Reunião com a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão para discutir a concessão de passe livre estudantil aos imigrantes e refugiados do projeto “Português Língua de Acolhimento” da Universidade de Brasília.

15/02 – Reunião com a Promotoria de Justiça Militar para discutir a construção de um protocolo de abordagem policial para população em situação de rua.

19/02 – Reunião com os Subsecretários de Direitos Humanos e de Igualdade Racial do Distrito Federal para tratar de assuntos de interesse comum.

21/02 – Reunião com o Subsecretário de Igualdade Racial do Distrito Federal para tratar de campanha publicitária contra a LGBTfobia durante o período do carnaval.

27/02 – Reunião com a Dra. Paula Regina Gomes do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da Universidade de Brasília para tratar sobre demandas da população em situação de rua.

12/03 – Reunião com a Deputada Federal Érika Kokay para tratar de caso de discriminação racial.

18/03 – Reunião com a Secretaria de Comunicação do MPDFT para tratar de campanha publicitária sobre população em situação de rua.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

19 e 20/03 – Reunião do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID).

26/03 – Reunião com o Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida, Vice Procurador-Geral de Justiça Institucional, para tratar do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID).

11/04 – Reunião de Gestão Estratégica (RGE) para discutir os resultados alcançados no ano de 2018.

15/04 – Reunião com a Secretaria de Comunicação do MPDFT sobre o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID).

23/04 – Reunião com a Secretaria de Estado de Educação para apresentar o projeto Oxalá nas Escolas.

30/04 – Reunião com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para tratar do tema população em situação de rua.

07/05 – 6ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

10/05 – Reunião com a Procuradora-Geral de Justiça e a Deputada Federal Paula Belmonte para tratar de possíveis parcerias.

14/05 – Reunião na Câmara dos Deputados para tratar da reestruturação do Disque 100.

16/05 – Reunião com a Assessoria de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça para discutir pautas de divulgação dos Núcleos de Direitos Humanos.

21/05 – Reunião do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID).

30/05 – Reunião do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID).

01 a 20/04 – Período de férias (Mariana Fernandes Távora).

21/04 a 31/05 – Licença prêmio (Mariana Fernandes Távora).

03 a 21/06 – Período de férias (Mariana Silva Nunes).

27/06 – Reunião com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para tratar do tema população em situação de rua.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Principais procedimentos instaurados

- Procedimento nº 08190.036805/19-41, instaurado para acompanhar o Plano Distrital de Igualdade Racial.
- Procedimento nº 08190.036807/19-77, instaurado para acompanhar a implementação das ações da Carta de Compromissos com a População em Situação de Rua do DF.
- Procedimento nº 08190.036814/19-32, instaurado para articular boas práticas de inclusão e promoção de direitos humanos na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- Procedimento nº 08190.036822/19-61, instaurado para acompanhar a implementação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no âmbito do MPDFT.

Atos reputados relevantes

- Projeto “Pés na rua: política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal”. Em fase de elaboração, o projeto tem como objetivo promover ações de fomento e de acompanhamento da execução da política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal.

Cursos e palestras:

- 27 e 28/06 – Curso “Conscientização sobre racismo e preconceito racial”, promovido pelo NED/MPDFT em parceria com a Universidade de Brasília, ministrado aos beneficiários da suspensão condicional do processo nos casos de racismo e injúria racial.

Entrevistas concedidas a emissoras de rádio e televisão:

- 08/04 – Entrevista concedida à TV Justiça sobre o tema população em situação de rua.